

A UNIDADE DA GEOGRAFIA MODERNA NO PENSAMENTO DE CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO

Francisco Mendonça ¹

Resumo: A Geografia nasceu, como campo do conhecimento científico moderno, com uma característica de disciplina de caráter dual, ou seja, seu objeto de estudo é composto tanto por elementos da natureza quanto da sociedade. Esta característica gerou os dois sub-ramos principais da Geografia, a Geografia Física e a Geografia Humana. Em vários momentos e em determinados segmentos esta subdivisão foi elevada à condição de dicotomia, opondo grupos e posições; no final do século XX as perspectivas ideológicas acirraram esta situação. O pensamento e a obra de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro evidenciam uma luta incessante contra a dicotomia do conhecimento geográfico; em praticamente toda a sua construção científica e intelectual ele evidenciou esta preocupação e defendeu, em inúmeras publicações e conferências, a unidade da Geografia. Este texto, embasado nas publicações do próprio Prof Monteiro, evidencia suas críticas lançadas à dicotomia da Geografia, bem como argumentos sólidos em prol da unidade do conhecimento geográfico.

Palavras-chave: Geografia. Dualidade. Dicotomia. Unidade. Conhecimento.

THE UNITY OF MODERN GEOGRAPHY IN THE THOUGHT OF CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO

Abstract: Geography was born, as a field of modern scientific knowledge, with a characteristic of a dual discipline, that is, its object of study is composed of both elements of nature and society. This characteristic generated the two main sub-branches of Geography, Physical Geography and Human Geography. At various times and in certain segments this subdivision was elevated to the status of dichotomy, opposing groups and positions; At the end of the 20th century, ideological perspectives worsened this situation. The thought and work of Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro highlight an incessant struggle against the dichotomy of geographic knowledge; In practically all of his scientific and intellectual construction he highlighted this concern and defended, in countless publications and conferences, the unity of Geography. This text, based on Prof Monteiro's own publications, highlights his criticisms of the dichotomy of Geography, as well as solid arguments in favor of the unity of geographic knowledge.

Keywords: Geography. Duality. Dichotomy. Unity. Knowledge.

LA UNIDAD DE LA GEOGRAFÍA MODERNA EN EL PENSAMIENTO DE CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO

Resumen: La Geografía nació, como un campo del conocimiento científico moderno, con característica de disciplina dual, es decir, su objeto de estudio está compuesto tanto por elementos de la naturaleza como de la sociedad. Esta característica generó las dos principales subramas de la Geografía, la Geografía Física y la Geografía Humana. En diversos momentos y en determinados segmentos esta subdivisión fue elevada al rango de dicotomía, contrapuestos grupos y posiciones; A finales del siglo XX, las perspectivas ideológicas empeoraron esta

¹ Universidade Federal do Paraná / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Geografia, Curitiba / Florianópolis, Brasil, 03fam10@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3107-8519>

situación. El pensamiento y la obra de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro destacan una lucha incesante contra la dicotomía del conocimiento geográfico; En prácticamente toda su construcción científica e intelectual destacó esta preocupación y defendió, en innumerables publicaciones y congresos, la unidad de la Geografía. Este texto, basado en las propias publicaciones del profesor Monteiro, destaca sus críticas a la dicotomía de la Geografía, así como argumentos sólidos a favor de la unidad del conocimiento geográfico.

Palabras clave: Geografía. Dualidad. Dicotomía. Unidad. Conocimiento.

Introdução

Tratar do tema da unidade do pensamento geográfico é, quase sempre, algo delicado, marcado que foi ao longo da história desse campo do conhecimento por posturas geralmente segmentadas ou partidárias. E não vem ao caso aqui esmiuçar ou buscar os porquês de tanto debate e disputa, há que se compreender os contextos histórico e institucional nos quais a disputa tomou mais ênfase. Trata-se de um debate tão antigo como a própria disciplina (Geografia), e sem consenso até o presente; bastaria lembrar um dos textos de Paul Vidal de la Blache, do início do século XX e publicado nos *Annales de Géographie*, tratando desta querela já muito inflamada na comunidade da Geografia.

O fato é que uma muito pequena parte dos geógrafos se preocupou em avançar nesta discussão, desnecessária que se mostrou como consequência do divisionismo disciplinar no âmbito da ciência e que se aprofundou com o avanço da modernidade. Dentre os seus críticos vem sempre à mente as corajosas e proféticas palavras de Ortega y Gasset (2007) que, em meados do século passado, já alertava para os perigos da hiper-especialização do conhecimento e da doutorização como prerrogativa do desenvolvimento da ciência; a confusão gerada pela busca da titulação tendo em vista a obsessão por um certo status de poder social constitui um dos testemunhos do saber utilitarista da sociedade industrial que é, por sua própria natureza, concorrencial!

Este texto pontua e ressalta a discussão acerca da dualidade, da dicotomia e da unidade do conhecimento geográfico no pensamento de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (aqui chamado também de Prof Monteiro) a partir de parte de sua obra. A estrutura do presente texto mescla reflexões deste autor às palavras do próprio Prof Monteiro retiradas de algumas de suas publicações. O objetivo principal do texto é aquele de, ao situar o contexto e o conteúdo de suas falas, interpretar o discurso (Foucault, 2012) buscando evidenciar sua construção em defesa da

unidade da Geografia. O texto é, assim, recheado de muitas citações hipse-líter, forma encontrada que dá destaque ao pretendido nas próprias construções de seu formulador! Para a elaboração deste texto fez-se uma escolha de algumas publicações e, delas, alguns de seus fragmentos, posto ser a obra do Prof Monteiro bastante vasta.

1. Alguns antecedentes

Para evidenciar a busca pela unidade do pensamento geográfico ao longo da carreira do Prof Monteiro faz-se necessário evidenciar alguns fatos que marcaram a trajetória de sua formação acadêmica.

Em várias conversas entre amigos ele comentou, e mesmo em algumas conferências, que sua preferência para uma formação no ensino superior era pela História. Tendo ingressado na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, na década de 1940, sua formação foi em História e Geografia, característica do currículo universitário que, àquela época e aos moldes do ensino francês, integrava as duas disciplinas numa só formação. Sua preferência pela Geografia se deu, segundo ele, na segunda parte da formação e se deveu ao fato de que muito poucos estudantes a escolhiam; somado a esta sensação, de um campo do conhecimento carente de investimentos e valorização, a influência de alguns bons professores da Geografia findaram por seduzi-lo!

Durante o curso, e já na fase do predomínio das disciplinas da Geografia, ele teve a oportunidade de realizar estágios tanto no IBGE quanto no CNG, tendo ali conhecido e se aproximado de geógrafos engajados em importantes projetos visando o desenvolvimento nacional. Dentre os profissionais que atuavam no campo da Geografia destacou-se Dora do Amarante Romariz, de quem ele foi estagiário, e que veio a marcar profundamente a escolha da futura atuação do jovem estudante; ela o convidou a compor a equipe da excursão de estudos ao Brasil Central que visava demarcar a área para a implantação da nova capital federal do Brasil, na equipe do Prof Francis Ruellan.

A viagem durou alguns meses e rendeu ao curioso estudante uma apreciação detalhada e rica da paisagem por onde passou, saindo do Rio de Janeiro num percurso que foi até o Sul do então Estado de Goiás; a apreciação da paisagem orientada por iminentes geógrafos rendeu-lhe uma inspiração profunda para seguir a carreira de geógrafo. Um detalhe da paisagem que lhe chamou a atenção, e ao qual

ele se dedicou até mesmo pela escassez de estudos a respeito, foi o clima como elemento do quadro natural; no retorno ele publica (1951) seu primeiro texto intitulado “notas para o estudo do clima do Centro oeste brasileiro”!

Ao terminar seus estudos de graduação e, como resultado do trabalho realizado na excursão ao Brasil Central, ele realizou um estágio de estudos no Laboratoire de Geomorphologie do Prof Francis Ruellan, em Dinard e em Rennes na Bretanha francesa. A bolsa de estudos recebida lhe rendeu a possibilidade de conhecer uma nova realidade acadêmica e iniciar sua impressionante trajetória internacional.

O início da carreira do Professor Monteiro, como pesquisador/geógrafo (IBGE) e posteriormente professor universitário (USP, UFSC, UNESP) e pesquisador, foi marcado pela produção em Geografia Física – Climatologia que, mesmo considerando o contexto do positivismo lógico do período - portanto separatista dos campos do conhecimento científico, não conseguiu elaborar uma leitura da natureza (clima e geomorfologia) estanque de suas reverberações sociais. Em sua atuação junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo ele dirigiu o Laboratório de Climatologia e teve atuação destacada na estrutura administrativa, tendo sido diretor do Instituto de Geografia.

Fortemente inspirado na obra de Humboldt, de quem se dizia um discípulo, Monteiro aliou sua produção acadêmica e científica à atuação como geógrafo e à militância em defesa do avanço do conhecimento e do desenvolvimento social. As experiências por ele vivenciadas na AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) que, em sua época, organizava reuniões pelas mais diversas localidades do país e, nestas, produzia conhecimentos pioneiros sobre as realidades locais e regionais, aliadas à atuação na Comissão de Meio Ambiente da UGI (União Geográfica Internacional), lhe renderam tanto excelentes contatos com pesquisadores e intelectuais das mais diferentes áreas da ciência quanto embasaram seu pensamento e diálogo multi e interdisciplinar. Certamente daí deriva sua preocupação com a unidade do pensamento geográfico que, dentre outros fatores, vieram a marcar profundamente sua obra.

A partir da década de 1960 ele dará mais ênfase às interações entre os elementos da paisagem e irá explicitar, cada vez mais, sua posição em defesa da unidade da Geografia, como se verá a seguir.

2. A Climatologia: Formulações basilares e o envolvimento natureza-sociedade

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro é considerado o pai da climatologia geográfica brasileira, sendo considerado o fundador de uma Escola de Climatologia Geográfica e de uma Escola de Climatologia Urbana brasileiras; esta constatação encontra-se publicada em alguns periódicos e é consagrada pela comunidade da climatologia ligada à Geografia no país.

O início dos estudos de Monteiro, ou suas primeiras publicações, se deram no campo da climatologia, como é o caso do Estudo do Clima do Brasil Central, anteriormente mencionado. Em publicação recente (Mendonça, 2022) tivemos a oportunidade de resgatar a originalidade de sua construção científica, bem como o fato de ter revolucionado a abordagem da climatologia em face do que era então predominante no campo do ensino e da pesquisa desta particularidade da Geografia e da meteorologia.

Provocado pelo questionamento de Maximilian Sorre acerca do estado médio da atmosfera como característica dos climas do planeta, Monteiro dá um salto e propõe a concepção do clima como sendo a sucessão habitual dos estados atmosféricos num dado lugar; para tanto coloca os estados médios como apenas uma condição do habitual, e não o seu definidor! Ele rompe, no âmbito nacional, a predominante abordagem estático-estatística do clima e propõe sua compreensão embasada no jogo e dinâmica das massas de ar / centros de ação, algo que evidencia a complexidade do fenômeno climática; ao mesmo tempo possibilita sua compreensão como um corpo movente que é!

Entre 1952 e 1991 foi o período da sua produção do conhecimento em climatologia. Na quase totalidade dos trabalhos produzidos nas duas primeiras décadas a preocupação de Monteiro esteve concentrada no avanço da perspectiva teórica, metodológica e técnica da climatologia, não somente evidenciando sua diferenciação da meteorologia, posto se ater às interações entre a atmosfera e a superfície do planeta, mas também mapeando sua diferenciação espacial. Uma das mais completas tipologias climáticas do Brasil foi por ele proposta neste período, tendo rompido com as classificações estáticas predominantes até então, e lançado uma de bases genéticas, ou ancorada na dinâmica das massas de ar e frentes.

No final dos anos sessenta ele aproxima ainda mais o estudo da natureza (atmosfera / clima) aos componentes humanos e sociais das paisagens. Em sua tese de doutorado dá um passo importante neste sentido ao acrescentar, após

aprofundado estudo da dinâmica da Frente Polar Atlântica no litoral sul do Brasil, uma abordagem de suas repercussões (térmicas e pluviométricas) sobre as atividades econômicas, as cidades, o modo de vida e o turismo nesta porção do país. Na abertura deste trabalho pode-se constatar sua preocupação ao exprimir:

“A influência que os estados do tempo produzem sobre a população e a maneira como repercute nas atividades humanas não necessita de comprovação. No caso presente, nossa pretensão é apenas mostrar as diferenças dos efeitos que se produzem em período cronológico correspondente a um decênio: As variações rítmicas ocasionam uma grande variabilidade nos fenômenos atmosféricos, o que é, sem dúvida, uma importante característica do “clima atual”. (...)”.
(Monteiro, 1968; pg. 43).

As preocupações com as questões ambientais estavam muito presentes em seu pensamento e atuação de meados dos 1960 para frente, como se verá em outras partes deste texto, temática que se expressa na maior parte de sua obra; no âmbito da climatologia a busca pela interação entre a natureza (clima) e a sociedade se aprofundam e se expressam de maneira aguda na sua tese para Livre Docência, defendida junto à Universidade de São Paulo no ano de 1976; alguns fragmentos do documento registram essa perspectiva, tais como:

“(...) Os tratamentos natural e social, integrados, constituem a base mesma da compreensão dos espaços geográficos. (...)”. (pg.46).
“Seja pela implosão demográfica, seja pela explosão das atividades, os espaços urbanos passaram a assumir a responsabilidade do impacto máximo da atuação humana sobre a organização na superfície terrestre e na deterioração do ambiente” (Monteiro, 1976; pg. 54).

A cidade e os problemas a ela correlatos, já bastante agudizados em meados do século passado como consequência da explosão demográfica e da concentração populacional nas áreas urbanas, passam a envolver muito fortemente o pensamento de Monteiro. Em publicação anterior (A questão ambiental no Brasil) ele já dedicara atenção à degradação da qualidade de vida no contexto da urbanização, especialmente nos países não desenvolvidos; na tese de livre-docência dedicada ao clima urbano (Monteiro, 1976), não há como fugir da imbricação Natureza e Sociedade na cidade. O contexto o impulsiona a imprimir mudanças no caminho,

“A partir da organização primitiva da natureza, o homem promove, de maneira concentrada, uma série infundável de derivações que se apresentam na massa de edificações urbanas: sua arquitetura, numa estruturação morfológica e dinâmica funcional, com seu sistema viário de circulação interna e de relacionamento regional, ao cabo do que as primitivas condições geoecológicas do sítio vão sendo derivadas por acréscimos. Aterros, represamentos e reservatórios d’água; eliminação de acidentes topográficos indesejáveis; substituições ou alterações, como aquelas produzidas na vegetação original extensivamente ou em manchas, em parques ou jardins etc. Tudo isso, aliado à própria dinâmica da população aí concentrada, circulando e desempenhando variadas

atividades e serviços, faz com que as cidades sejam – por excelência – os lugares onde as resultantes ambientais configuram-se como obra conjunta de uma natureza retrabalhada e afeiçoada aos propósitos do viver humano” (Monteiro, 2015; pg.86).

“De um lado, a análise climática é nitidamente meteorológica, calcada em termos de avaliação dos efeitos que a cidade produz na atmosfera – o que equivale dizer que as relações ainda são vistas em termos de homem versus natureza; de outro, a análise geográfica da cidade passou a impregnar-se de motivações econômicas como causa determinante”. (pg. 69).

“Do ponto de vista lógico, trata-se de uma tarefa bastante difícil, pois ousa tentar para o estudo do clima da cidade uma conduta de investigação que veja nela não um antagonismo entre o homem e a natureza, mas uma co-participação” (Monteiro, 2015; pg.88).

Sua última produção em climatologia veio a público no início dos anos 1990 (Monteiro, 1991) na qual trata dos excepcionalismos climáticos e suas repercussões sobre a sociedade, tratando-os do ponto de vista dos natural hazards! Mais uma vez se constata a perspectiva da interação sociedade-natureza na sua abordagem geográfica dos fenômenos comuns aos mais diferentes lugares e situações na superfície da Terra.

Em várias de suas manifestações públicas o Prof Monteiro deixou claro que, ao se aposentar, em 1986 na Universidade de São Paulo, também encerrava seu envolvimento com a produção do conhecimento em climatologia; ele iria então se dedicar à outras partes da Geografia e da arte que lhe despertavam a atenção. Mas, para falar de sua obra é preciso ressaltar também outros pontos; a atuação como geógrafo é uma delas, como se verá a seguir.

3. O Planejamento urbano e regional: O Natural e o Social imbricados na organização do espaço

Por muitos anos o Geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro desempenhou atividades profissionais em instituições públicas (IBGE, CNG) e privadas, estas no campo da consultoria ligada ao planejamento urbano e regional. Dessa experiência pode ele avançar na aplicação do conhecimento advindo da formação universitária em Geografia, na qual inclui os estágios que realizou em instituições no Brasil e no exterior.

No exercício da profissão ele se deparou ainda mais com os desafios que se lhe apresentavam visando romper com as já clássicas barreiras separatistas entre as perspectivas da análise e compreensão da natureza distintamente da sociedade. Junto a grupos de arquitetos e engenheiros Monteiro atuou na elaboração de planos

de desenvolvimento de várias cidades pelo país, tanto buscando adequar cidades já consolidadas quanto na elaboração de novas plantas e sítios; nestas oportunidades amadureceu ideias acerca da qualidade ambiental urbana, aspecto que se refletiu diretamente na elaboração de sua tese de Livre-docência como visto no item anterior.

A convite da SEPLAN – Secretaria de Planejamento / Governo da Bahia – ele realiza um primoroso trabalho de investigação visando apresentar as potencialidades e alternativas para o desenvolvimento regional; nesta experiência ele coloca a perspectiva da qualidade ambiental como problemática central do trabalho realizado, o que pode ser observado nos seguintes dizeres do referencial teórico que abre o Atlas (SEPLAN/BA, 1987; pg. 13):

“O tema “qualidade ambiental” exige uma estrutura teórica capaz de atingir e enquadrar tanto fatos simples e restritos como aqueles mais amplos e complexos, possibilitando a integração de diversos elementos, sejam eles ligados à natureza ou aos aspectos econômicos e sócio-culturais. Sem que isso conduza à eterna e insolúvel questão da “dualidade” natural-social na Geografia, será necessário enfatizar que, se para muitos a metodologia geográfica vem se inserindo, cada vez mais, no contexto teórico do social, a análise ambiental não pode abrir mão do social, atendo-se apenas à “natureza”. A compreensão do ambiente requer, portanto, elasticidade e amplitude para tratar a questão dentro de um prisma espacial e temporal que expresse, antes de tudo, uma ideia de organização funcional do espaço.

Desta forma, as relações entre a natureza e a sociedade, a despeito de qualquer dificuldade, devem ser encaradas como elementos integrantes de um sistema, no qual o desenvolvimento se realiza de forma concomitante e inseparável, no sendo, portanto, antagônicas nem oponentes. Trata-se, em outras palavras, de um “sistema singular, complexo, evolutivo, aberto e auto-regulável”, conforme foi concebido por MONTEIRO (1976), em sua proposta a montagem do “Sistema Clima Urbano”.

Para quem se afligir com o problema de que no jogo das relações de natureza e sociedade os desenvolvimentos temporais são bem diferentes, é previsto advertir que a compatibilização se expressa na medida em que a ação social assume “materialidade física”, capaz de deixar marcas inequívocas na estrutura do território e, por isso mesmo, se torna passível de representação cartográfica.”

Tanto a sistematização do conhecimento sobre o estudo do clima na escala regional, e os consideráveis avanços na abordagem desta temática, quanto na construção da teoria e método para o estudo do clima urbano, ele se inspirou fortemente na Teoria dos Sistemas, como concepção quanto perspectiva metodológica do objeto de estudo. Em várias de suas publicações não poupou elogios à Teoria dos Sistemas reconhecendo nela um caminho capaz de reunir os diferenciados elementos naturais e sociais da paisagem, ao mesmo tempo que facilitadora da investigação científica e destituída de elogio na interpretação da

realidade. Em suas atividades de consultoria, tanto sobre a dinâmica das chuvas no Estado de São Paulo quanto nas atividades de planejamento urbano e regional, como foi o caso do trabalho sobre o Recôncavo Baiano deixou evidente os passos detalhados da aplicação metodológica, uma rica contribuição aos interessados no conhecimento da paisagem e sua dinâmica.

Ao avançar com a aplicação da Teoria de Sistemas no estudo da paisagem se deparou, e encampou, a proposta de V. I. Sotchava acerca do Geossistema, como se constata na introdução do texto publicado na Revista de Ciências Humanas da UFSC e na qual expressa, uma vez mais, sua preocupação com as relações entre a sociedade e a natureza:

“O tema “Sociedade e Meio Ambiente” é uma faceta da grande questão das relações Homem-Natureza, que perpassa por todo o evoluir do pensamento filosófico. Seja naquele dito ocidental quanto naqueles do oriente, antes tão distanciados e hoje, tentando conjugar-se na procura hodierna ao “homem universal”. (Monteiro, 1996; pg.67)

4. A abordagem ambiental na Geografia: Um caminho possível para integrar o Natural e o Social... para a unidade da Geografia

Em meados da década de 1960 a temática e questão ambiental tomaram a cena pública internacional, primeiramente nos países então desenvolvidos e, posteriormente, nos não desenvolvidos. No Brasil a problemática ambiental derivada da complicada relação sociedade-natureza somente vai tomar vigor público em meados da década de 1980, todavia, bem antes dessa década alguns pensadores já a colocam no centro de suas preocupações; tal é o caso do Prof Monteiro que, de maneira preditiva, já a considerava não somente como uma problemática de grande relevância mundial, mas via nela uma perspectiva fortemente integradora da unidade do pensamento geográfico, como se nota na seguinte argumentação:

“Acredito que o progresso feito nas últimas décadas no campo da pesquisa em Geografia Física, nos setores da Geomorfologia e Climatologia, embora, de certo modo, mergulhada nos processos físicos inerentes a elas mesmas (mas, creio eu, sem perder de vista a integração biológica que as acompanha), poderá conduzir agora a um tratamento mais válido do ambiente terreno, não como um simples palco do desempenho humano. Os tratamentos natural e social, integrados, constituem a vase mesma da compreensão dos espaços geográficos. A cruzada pró ambiente, evidentemente, pode ser vista sob dois ângulos. De um lado, as preocupações de ordem econômica, que encaram a natureza como fonte dos recursos básicos; de outro, as preocupações com a qualidade de vida. Ambas as correntes, porém, estão profundamente unificadas, pois podem ser reduzidas ao denominador comum da própria sobrevivência da espécie humana na Terra.” (Monteiro, 1976. Pg. 46).

Muito interessante notar as particularidades que a problemática ambiental tomava em terras brasileiras, especialmente quando se considerava o estágio do desenvolvimento econômico e social do país em contexto de ditadura militar e, no qual, as disputas ideológicas tomaram proeminência. Num tal contexto que, de certa maneira buscava partidizar problemas ecológicos graves e ameaçadores a vida no planeta era preciso, na visão dele, tomar uma posição que pudesse ser bandeira de luta de todas os movimentos sociais, como o atesta o seguinte fragmento:

“Uma outra tendência observável dentro da cruzada ambiental brasileira apresenta nuances anarquistas. Para uns (79) a preocupação com o ambiente e a solução dos problemas ecológicos só pode ter eco se ele se superpuser ao “distúrbio mental”, que é a “idolatria do Estado”, importa pelo “militarismo”, e açodado pelos extremismos de direita e de esquerda. Para outros (80) o movimento ecológico – combatendo o modelo desenvolvimentista, a concentração do poder, as oligarquias e oligopólios – não deve ser visto apenas como um movimento em defesa de plantas e animais, mas um movimento que, dirigido a toda a sociedade, luta pela reformulação completa de toda uma civilização. Neste caso ele deve ser extra-partidário, pois que lhe falta aquilo que caracteriza os partidos políticos: a aspiração e luta pelo poder” (Monteiro, 1981; pg. 119)

E a questão da complicada dicotomia da Geografia, a intensa separação entre a Geografia Física e a Geografia Humana, tomava evidencia cada vez maior na sua perspectiva. Seu brado em defesa da unidade do conhecimento geográfico ganha força, especialmente quando considera a tropicalidade como característica marcante da Geografia produzida no Brasil, e aparece de forma veemente em muitas de suas publicações, como é o caso destas:

“Que os geógrafos dedicados aos aspectos naturais não deixassem de considerar o homem no centro deste jogo de relações, e que aqueles dedicados às desigualdades sociais não as vissem fora dos lugares seriam meros pontos superficiais de uma convergência que pode ser, como tem sido, desatada a qualquer momento. O verdadeiro fio condutor de uma estratégia capaz de promover a unidade do conhecimento geográfico advirá de um pacto mais profundo que só pode emanar de uma concepção filosófica propícia.” (Monteiro, 1984; pg.24-25)

“8 – Nossa endêmica síndrome colonial impede que assumamos nossa identidade tropical ao mesmo tempo que aquela de dependentes. Isto torna para nós, com a maior evidência, que a Natureza e a Sociedade são indissociáveis. E a Questão Ambiental para a nossa Geografia não pode ser dissociada da Questão Social. O que eu disse em 1981 é reforçado, com mais ênfase, agora no final do século.” (Monteiro, 1999; pg.26)

Ele persegue este pensamento ao longo de praticamente toda a sua obra, particularmente após o final da década de 1960, sendo que dedica especial atenção à apreciação de uma certa cronologia histórico-crítica do surgimento de “momentos” em que o geográfico toma características especiais em função de acontecimentos ou

paradigmas maiores no mundo. Tal é o caso ilustrativo de um gráfico que ele apresenta em publicação mais recente (Monteiro, 2014) e, no qual, pontua de forma didática e elucidativa a emergência da questão ambiental quando se delineia a crise histórica, civilizacional e ambiental do final do Século XX.

Em obra publicada tardiamente, segundo sua consideração, posto que já estava pronta desde o retorno de seu estágio de professor visitante na Universidade de Tenri (Japão, 1995), ele dedica um olhar especial para a Amazônia e a triste e grave degradação daquele bioma. Ele ressalta tanto os impactos nas bases físico-naturais da paisagem quanto aqueles sobre as diferenciadas e complexas sociedades presentes no território, o que ressalta seu olhar minucioso tanto para as dimensões dos aspectos físicos quanto humanos da paisagem, perspectiva que pode ser observada neste breve fragmento:

“A ocupação e exploração dos recursos naturais da região – a mais exuberante manifestação biológica do planeta – está sendo feita, e até de modo acelerado, a despeito do conhecimento científicos dos seus elementos, processos e potenciais. Mas o “impacto” não é apenas “natural” desde que se demonstra socialmente cruel, seja pelo ataque às comunidades indígenas quanto, também, à grande massa de “invasores” que, embora considerados “indesejáveis malfeitores” são também brasileiros dignos de compaixão e sobretudo dignos de consideração como “cidadãos”. As comunidades indígenas pelo menos merecem a simpatia e protestos dos intelectuais por meio dos antropólogos quer para eles advogam “direitos humanos”. Mas as populações desvalidas dos sem-terra que se decretaram como “posseiros pioneiros” de terra ou garimpeiros de ouro e pedrarias são igualmente dignos não só de direitos “humanos”, mas de uma cidadania que lhes têm sido negada sistematicamente.” (Monteiro, 2012; pg. 61).

A temática, questão e problemática ambiental, qualquer que seja o prisma que a concebamos, pode ser considerada a mais importante dimensão e estratégia para a união dos conhecimentos da Geografia Física e da Geografia Humana pelo Prof Monteiro; ela constituiu durante quase toda a trajetória dele a base para a promoção da Unidade do Pensamento Geográfico, tanto conceitual quanto teórica e metodologicamente. Para além das atividades acadêmicas ela se constituiu, para ele, num campo de atuação profissional e de luta social, tendo sido fértil em suas atividades junto à UGI (União Geográfica Internacional), à atuação como geógrafo, e como colaborador para a luta ambientalista que se desenrola no país e no mundo no seu tempo.

5. A dualidade/dicotomia e a unidade do pensamento geográfico: Uma tomada de posição... uma bandeira de luta!

No início deste texto fizemos alusão ao fato da dicotomia da Geografia constituir um tema de calorosos debates a mais de um século. Tendo nascido com característica dualista do seu objeto de estudo, no auge do cientificismo do século XIX, a Geografia, como disciplina científica, padeceria doravante de uma interminável querela ao longo de sua história. Todavia, parece-nos necessário distinguir sua especificidade dualista da querela dicotômica que reveste sua trajetória!

Distante do padrão médio das disciplinas criadas até meados daquele século, que apresentavam objetos de estudo claramente delineados com abordagens únicas, a Geografia e um conjunto de outras novas disciplinas marcariam uma fase do conhecimento caracterizada por irromper contra o cientifismo de então. É o caso da Antropologia, da Psicologia e da Ecologia que, nas décadas seguintes, forjaram seus status de disciplinas científicas com objetos de estudo matizados por elementos derivados da evolução da natureza e da dinâmica da sociedade. Claro está que todas elas recebem, desde então, fortes críticas que as questionam se são mesmo conhecimentos científicos... ou se são arte!

Em meados da década de 1970 e, devido ao efervescente contexto político dos estertores da ditadura militar no Brasil, que acirrou as posições antagônicas e conflitantes entre esquerda e direita no cenário nacional, os movimentos sociais tiveram que explicitar suas posições. Para além do quadro político fazia-se mister refletir sobre o quadro teórico e conceitual das ciências e das diferentes disciplinas científicas, especialmente aqueles de caráter dual como a Geografia. Para avançar no campo dos debates relativos à epistemologia da Geografia o Prof Monteiro foi então convidado a contribuir com uma reflexão aprofundada acerca do status desta disciplina. Em aprofundado e histórico documento (MONTEIRO, 1980) ele coloca em evidência, com rico embasamento teórico e metodológico, os avanços e os dilemas vivenciados pela Geografia, dentre eles a já clássica dicotomia natureza-sociedade, como se pode constatar na seguinte citação:

“Na presente conjuntura o fluxo da influência externa e a conscientização dos problemas internos nos deixou pelo menos três problemas fundamentais, dos quais se originam e derivam todos os outros:

- a) A acentuação da dicotomia “natural-social” na Geografia, afetando, de maneira desagregativa, tanto o objeto material de estudo quanto a formação de pesquisadores;*
- b) A necessidade de pensar em “valores” para a condução da pesquisa geográfica dentro de nossa realidade nacional, enquanto como consequência ela se deixa percorrer em várias direções por correntes ideológicas de natureza variada;*

- c) C) *A incorporação de um conjunto complexo de formulações teóricas de procedências as mais variadas a assimilar e um apparatus técnico sofisticado a dominar e por a serviço de nossas operações analíticas.*” (Monteiro, 1980; pg. 50).

O movimento da Geografia Crítica brasileira emerge do contexto político do final da ditadura como uma forma de não somente avançar no comprometimento social do conhecimento acadêmico e escolar, mas também como forma de evidenciar as mazelas sociais e lutar pela justiça social. Trata-se de um movimento de caráter ideológico com completa vinculação à perspectiva das ciências humanas, donde toma relevo a Geografia Humana. Em ação oposta, e talvez pela maior vinculação ao positivismo lógico, os geógrafos mais ligados ao quando natural das paisagens não se sentem envolvidos naquele movimento. A divisão entre os dois ramos da Geografia se acentua como jamais ocorrera anteriormente, a dicotomia no âmbito da disciplina toma forte impulso ao ponto de a própria dualidade, que lhe peculiar, ficar secundarizada em face das disputas entre estas duas partes!

“Ainda hoje não se resolveu o enigma do “objeto” da investigação Geográfica. Diferentes Geografias (ou dicotomias geográficas) tendem a se cristalizar ao sabor dos impulsos ideológicos, pretendendo cada ramo estruturar-se em saberes constituídos” (Monteiro, 1988, p.133).

Tendo construído uma trajetória científica pautada com maior ênfase na Geografia Física, ainda que tenha trabalhado a dualidade da Geografia e, portanto, enfatizado a dimensão humana e social das paisagens, ele, por discordar da elevada opção ideológica da Geografia Crítica, coloca-se em posição de distanciamento do movimento. Discordando do marxismo como perspectiva única de leitura do espaço geográfico e da paisagem, certamente devido à anterior adoção do sistemismo como teoria e método, explicita seu descontentamento ao dizer que:

“Para a Geografia, em especial, isto é particularmente importante. Ao reafirmar-se “humana” como a Ciência em geral, não haverá necessidade de proclamar-se “social” o representaria apenas em empobrecimento tanto mais lamentável quanto este estreitamento vai chocar-se com um conhecimento (episteme) mais abrangente e conjuntivo, esteio fundamental da modernidade do nosso “agora”. Não sendo, sem dúvida, ciência “natural” estaríamos dispensados, também, de advertir, redundantemente, que existe algo rotulado de Geografia Física que é “Ciência Humana” (81)” (Monteiro, 1989; pg.167)

Na década seguinte, marcado pelo separatismo que se produziu no seio da Geografia brasileira, lamenta e não deixa de manifestar sua preocupação com o caminho que a disciplina registra doravante:

“(80). Na Geografia, produziu-se o conflito entre as preocupações da Geografia Física pondo o foco nos processos (geomorfologia, climatologia) e a Humana, guiada pelo determinismo econômico e os apelos teóricos da

quantitativa, em privilegiar as estruturas. Uma das facetas da desagregação. Na economia privilegiou-se muito as estruturas. Os processos, a evolução temporal, ficaram fora de foco. Entre nós Ignácio Rangel foi a exceção, com os ciclos de Kondratieff.” (Monteiro, 1989, p. 204)

“Ao longo da década de oitenta progrediu na Geografia Brasileira o afastamento entre o Humano e o Físico, sobre o que, publiquei um artigo na revista francesa L’Espace Géographique (MONTEIRO, 1989). Em 1988, após o Simpósio Anual realizado em Camberra, Austrália, afastei-me dos encontros internacionais da UGI. Esta atividade anual, que me ocupou ao longo de doze anos, contribuiu para minha ausência dos fóruns nacionais de debates geográficos.” (Monteiro, 1999, p. 3).

Numa de suas autorreflexões sobre sua trajetória e contribuições ao avanço da ciência e da Geografia ele pontua sua preocupação com a divisão da disciplina, registrada em algumas de suas publicações. Em sua leitura entende ser esta divisão, a da dicotomia da Geografia, uma arma contra a própria disciplina, podendo lhe ser fatal.

“O tema das relações entre o Homem (genérico) ou da Sociedade com a Natureza incide diretamente com o problema crônico da fatal dicotomia que afeta o conteúdo epistemológico da Geografia, em sua divisão entre Geografia Física – Geografia Humana.

Em toda a minha longa trajetória de aprendiz de geógrafo (1947-2004) tenho sido um ardoroso adepto da “unidade” da Geografia, considerando que as divisões a partir de Física e Humana são meras estratégias didáticas para o ensino após o que a multiplicação temática, para fins de pesquisa, particulariza setores eleitos para um conhecimento mais aprofundado, mas cujos resultados devem forçosamente, convergir para uma integração espacial- temporal mais ampla”.

Contra essa fatal dicotomia Físico-Humana que perturba a Geografia, dediquei minha atenção em muitas diferentes abordagens, ao longo de minha travessia. Assinalo aqui os casos especiais daqueles textos de conferências rotulados “O Físico da Geografia – Mensageiros e Portadores” (Monteiro, 1995) e “O Humano da Geografia – de Centro à Totalidade” (Monteiro, 1999)³⁰. Além desses, um bom número de artigos e ensaios focalizaram esse tema, incluindo aquela incisiva avaliação – elaborada especialmente para a revista francesa “L’Espace Géographique” (Monteiro, 1989)³¹ – sobre o malfadado cisma (1984) que resultou no nascimento dos Seminários de Geografia Física Aplicada, quer se realizam, com crescente sucesso, a cada dois anos.” (Monteiro, 2008, p. 73-74).

6. Em síntese... ou, características essenciais da unidade do pensamento geográfico em Monteiro

Muito mais elementos, argumentos e fatos há na obra do Prof Monteiro que aqueles aqui elencados, e que ressaltam sua compreensão e preocupação com a divisão da Geografia e com a unidade do pensamento geográfico, perspectiva da qual ele foi árduo defensor. Difícil sintetizar, de forma ampla, toda a construção dele

em volta desta temática; o que aqui se fez foi dar destaque em algumas passagens de sua obra que, ligadas umas às outras numa tentativa de construção de um discurso lógico, permite identificar a importância de sua contribuição acerca da temática em tela.

Destacamos, à guisa de síntese, cinco características de sua trajetória e obra que ressaltam tanto suas escolhas conceituais, teóricas e metodológicas quanto as posições que tomou em diferentes momentos da história recente da Geografia brasileira. Estas características são, de forma resumida, assim delineadas:

- I. A ruptura com o positivismo lógico e adoção do sistemismo como caminho teórico e metodológico para a compreensão da paisagem, e da análise da interação natureza-sociedade;
- II. A climatologia com estratégia para abordagem da interação natureza / sociedade! Sub-ramo da Geografia por ele eleito para aprofundamento de seus estudos, a climatologia tornou-se seu campo de exercício teórico e metodológica desde o início até meados de sua trajetória científica e acadêmica. Neste campo ele produziu uma revolução paradigmática ao avançar da abordagem separatista para a abordagem dinâmica, aprofundou a análise da relação entre a atmosfera e a superfície da Terra e fundou a Escola de Climatologia Geográfica brasileira e a Escola de Clima Urbano brasileira.
- III. O pensamento conjuntivo e a interdisciplinaridade. Curioso pelo conhecimento de outras disciplinas e tendo elegido temas transversais de estudo acabou por estabelecer um diálogo com vários campos do conhecimento. Em boa parte de sua obra propugnou pela necessidade de um pensamento conjuntivo capaz de integrar as diferentes disciplinas na abordagem de problemáticas gerais; a interdisciplinaridade tornou-se uma de suas defesas como possibilidade do avanço da ciência, especialmente após a década de 1980.
- IV. A abordagem / questão ambiental como possibilidade. Desde meados da década de 1960, momento no qual a questão ambiental tomava vulto nos países desenvolvidos, Monteiro desenvolve uma leitura e uma preocupação com esta temática dando especificidade e relevo dela no contexto dos países não desenvolvidos, como era o caso do Brasil. Tendo participado da Comissão de Meio Ambiente da UGI por longo período e também atuado em consultorias envolvendo esta temática, ele entende desde cedo, ser ela uma

possibilidade de trabalhar os elementos naturais e sociais da paisagem de forma integrada. A temática e questão ambiental aparece em toda a sua obra como um grande desafio e uma grande possibilidade de romper com a clássica querela da dicotomia entre a Geografia Física e a Geografia Humana... uma verdadeira possibilidade de praticar a unidade da Geografia!

- V. A unidade da Geografia está presente nas suas preocupações, no seu pensamento e em toda a sua obra!

O Prof Monteiro foi um personagem muito à frente de seu tempo! Ele não somente antecipou vários temas e problemas fundamentais ao estudo e ao desenvolvimento da Geografia, como também contribuiu de forma impactante com vários outros campos do conhecimento, movimentos sociais e com o desenvolvimento de muitas pessoas e instituições. Ele recebeu o título de Doutor Honoris Causa em várias universidades brasileiras, e de Professor Emérito na Universidade de São Paulo, honrarias que comprovam a genialidade de seu pensamento e sua dedicação à construção da ciência brasileira. Sua obra encontra-se dentre aquelas de maior relevância dentre os cientistas e intelectuais brasileiros!

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- ORTEGA Y GASSET, Joseph. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MENDONÇA, F. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro and the construction of Brazilian Geographical Climatology. In: Ruben Lois Gonzales e Marco Mditiero. (Org.). **Brazilian Geography** - In Theory and in the Streets. 1ed.Nova Dehli - Índia: Springer, 2022, v. 1, p. 199-214.
- MONTEIRO, C.A.F. A Frente Polar Atlântica e as chuvas de inverno na fachada sul-oriental do Brasil – Contribuição metodológica à análise rítmica dos tipos de tempo no Brasil. **IG – Série Teses e Monografias**, 1. São Paulo: Universidade de São Paulo / Instituto de Geografia, 1968.
- MONTEIRO, C.A.F. Teoria e clima urbano. São Paulo: IGEO/USP, 1976. Tese de Livre-docência.
- MONTEIRO, C.A.F. **A Geografia no Brasil (1934-1977)** – Avaliação e tendências. São Paulo: IGEO/USP, 1980.
- MONTEIRO, C.A.F. **A questão ambiental no Brasil** – 1960-1980. São Paulo: IGEO/USP, 1981.
- MONTEIRO, C.A.F. Geografia & Ambiente. **Revista Orientação**, 5. S. Paulo: USP, 1984, pgs. 19-28.
- MONTEIRO, C.A.F. Travessia da crise (Tendências atuais na Geografia). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 50, ed. Especial, 1988. Pg. 127-150.

MONTEIRO, C.A.F. **Clima e excepcionalismo** – Conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Texto impresso no original, 1989. Publicado posteriormente pela Editora da UFSC, 1991.

MONTEIRO, C.A.F. Os Geossistemas como elemento de interação na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas**, v.14, n.19, 1996; gs.67-101.

MONTEIRO, C.A.F. **A questão ambiental na Geografia do Brasil – A propósito de “validade”, “especialização” e “pesquisa universitária”**. XX SEMAGEO – A Geografia Brasileira e a Questão Ambiental. Florianópolis, 24 a 29 de maio de 1999. Texto impresso, publicado posteriormente em **Cadernos de Geografia**, UFSC, n.5, 2003.

MONTEIRO, C.A.F. **O cristal e a chama**. Curitiba: CRV, 2014.

MONTEIRO, C.A.F. **Geografia sempre** – O homem e seus mundos. Campinas: Territorial, 2008.

MONTEIRO, C.A.F.; SANTÁNNA NETO, J. L.; MENDONÇA, F. A.; ZAVATTINI, J.A. **A construção da climatologia geográfica no Brasil**. Campinas: Alínea, 2015.

MONTEIRO, C.A.F. **Introdução à história da Amazônia Brasileira**. Manaus: EDUA, 2012.

SEPLAN/BA – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA/GOVERNO DA BAHIA. **Bahia** – Qualidade ambiental: Reconcavo Baiano e Regiões Limítrofes. SALVADOR: SEPLAN/SEI, 1987.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Francisco Mendonça – Concepção e elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 12-12-2023

Aprovado em: 15-04-2024